## GÊNERO LITERÁRIO "ESPELHOS DE PRINCES" NA TRADIÇÃO DO ABSOLUTISMO

Alexandre Pierezan<sup>t</sup> Marcos Antônio Lopes<sup>2</sup>

Resumo: A proposta é dialogar com alguns teóricos da literatura política absolutista denominada gênero literário espelhos de princes, procurando identificar como pensavam e idealizavam um modelo de principe perfeito. Inseri-los em seu tempo, percebendo o espírito que os movia à escreverem esses discursos, formando assim, um conjunto teórico e temático centrado na realeza sagrada.

Abstract: The proposal is to dialogue with some theorists of the Absolutist Political Literature named Literary Genre Espelhos de prince, looking for identifying how they thought and idealized a model of perfect prince. Insert them in their time, observing the spirit which moved them to write those speeches and this way forming a theorentical and thematic holy royalty.

Palavras-chave: Espelhos de princes; Absolutismo; França; Século XVII.

Temos estabelecido (ele, Bossuet) pelas Escrituras que a realeza tem sua origem na própria Divindade; que Deus também a exerceu visivelmente sobre os homens desde o começo do mundo; que ele continuou esse exercício sobrenatural e miraculoso sobre o povo de Israel, até o tempo do estabelecimento dos reis; quando então Ele escolheu o Estado monárquico e hereditário como o mais natural e o mais durável

Bossuet

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Orientador do Projeto de Pesquisa, é professor do Departamento de História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Faz Ciéncia	Francisco Beltrão	v.3	nº 01	p. 47-64	1999
		l	;	•	

O autor e bolsísta do projeto de pesquisa "A Literatura Política como fontes para o estudo de História Moderna Européia" do Programa de I. C. vinculado ao PIBIC (UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná), orientado pelo professor orientador Marcos Antônio Lopes.

Estou convencido de que a sorte, para demonstrar que é ela que dá grandeza aos homens, e não a prudência, começa a exibir sua força antes de que esta última tenha ocasião de revelar a sua, de modo que se lhe reconheça o maior poder.

Maquiavel

A literatura política espelhos de princes, comumente encontrada nas reflexões de historiadores e pensadores do imaginário político da Época Moderna, caracteriza-se por formar um conjunto de obras que desde aproximadamente o século XIII, momento em que as *Grandes crônicas da França* aparecem, são narradas e traduzidas, principalmente na língua francesa, com o intuito de promover uma história nacional, tornando-a "na base da propaganda monárquica" desde os primeiros reis Capetíngios (Lopes, 1997: 25).

Os textos reunidos para este estudo, formam um conjunto teórico e temático relativamente unificado, apesar de demostrarem cada qual suas reais possibilidades de existência e diálogo frente ao contexto em que se inseriram os autores. Representam idéias contraditórias, mas, possuíam um fio condutor nitidamente voltado à realeza ao realizarem seus discursos políticos, pois, tanto os grandes escritores como os autores menores, escreviam procurando voltar suas atenções à questões que envolvessem a realeza sagrada. Apesar de alguns grupos de intelectuais buscarem questionar o próprio sistema de privilégios, não é de estranhar que a maioria dos nobres cortesãos continuassem mergulhados no jogo de submissão no tempo de Luís XIV. E mesmo que tentassem, "qualquer ataque ao regime dos privilégios enquanto tal era sentido pela maioria dos privilegiados como um ataque geral contra aquilo que dava valor e significado a vida" (ELIAS, 1987: 51).

Várias são as incursões de clérigos e pensadores, que trabalhando sobre um aspecto demasiadamente amplo, deixam aflorar os particularismos e singularidades descrita nos vários "tratados" políticos desses eruditos, principalmente nos escritores

que tangem à Época Moderna. Pode-se indagar inclusive, sobre uma possível convergência entre as propostas literárias, particularmente aquelas levadas a objetivar a realeza nas exaltações e aclamações, ou naqueles discursos de zombaria aos rituais vigentes, como figuram os exemplos de Saint-Simon, que apesar de distanciado pelo tempo dos primeiros escritores, nos fornece informações pitorescas sobre o cotidiano da realeza solar e sua corte. Isso nos leva a pensar num contexto impregnado de conceitos misticos em torno do direito divino dos reis, devendo considerar todo um emaranhado de problemas contextuais próprios do século XVII, que proporcionaram o surgimento de idéias e perspectivas voltadas à melhora das condições do Estado, tendo a frente, um governo liderado e representado por um monarca divino. Dessa forma, a representação de um monarca divino propiciou a hierarquização dos fenômenos diretamente ligados, ou não, aos "grandes da história" e, em contra partida, o que deixava de ser importante aos olhos da monarquia, não obtinha o mesmo prestígio perante o rei: considerado o principal "astro do dia".

Mas, a literatura produzida no auge do absolutismo francês, não limita-se apenas aos historiadores, amplia-se para os vários ramos da sociedade, podendo ser encontrada entre os clérigos, preceptores de príncipes e entre um grande número de memórias escritas por membros da corte, ou mesmo por aqueles cujas incansáveis tentativas de ampliarem seu frustrado interesse pelo poder, acreditam satisfazer seus desejos entregando-se ao prazer da escrita de fatos presenciados e ainda vivos em sua memória.

A historiografía contemporânea trata com relevância esses aspectos denotadores de uma tendência, tanto em criticar, como em elogiar as monarquias e seu corpo doutrinário, como um conjunto unificado e coerente de textos subjetivadores de um horizonte teórico deveras semelhante, apesar de possuírem divergências no campo das ideias políticas propulsoras de um ideal ético e moral dos príncipes, que os possa conduzir à um reinado de glória universal. É possível encontrar com certa clareza, as diferenças entre apontamentos e direcionamentos principalmente

em Maquiavel e Bossuet, pelo fato de que, o primeiro, segundo suas concepções, retrata de maneira racional e objetiva uma conduta mais determinada e menos indulgente ao príncipe considerado ideal. Já Bossuet, procura valorizar a sacralização da realeza e as cerimônias reais, elegendo a hereditariedade e os símbolos dinásticos, como elemento chave para o bom andamento das funções da monarquia, sendo altamente prestigiada em toda Europa principalmente na França, onde se cultiva a idéia de um reino preocupado, desde seus primeiros governantes, em ser guiado pela graça divina. Alcança uma ampla audiência, principalmente em seu "Discours sur l'histoire universalle, preparado para o filho de Luís XIV (que) como texto de cultura geral, marcou época entre as elites cultas do reino" (Lopes, 1997: 107).

Bossuet procura buscar embasamento para suas alusões a respeito do *direito divino dos reis*, interpretando e fazendo-se valer dos exemplos encontrados nos livros do antigo testamento, privilegiando as leituras que mais lhe conviessem e que condissessem com a realidade de glória do rei, elevando-o à um plano transcendental. Tenta legitimar seus discursos equiparando reis seus contemporâneos, falando em Luís XIV, 'a outros, em cujas virtudes não se igualam, mesmo os que por ventura vierem na posteridade, procurando dar mostras ao Delfim de que veja com seus próprios olhos um exemplo de grandeza e dignidade que transparecem na pessoa de Luís XIV. Espelhando-se nos melhores exemplos de esplendor, diz que "todo monarca que se aproximar de Moisés e de Davi, seus modelos mais acabados de virtudes, ultrapassará a inevitável corrente dos tempos, para se fixar na eternidade" (Bossuet, 1967:22).

Para Bossuet, que é visto como um dos principais "interlocutores de Maquiavel" (Lopes, 1996: 27), o mundo é regido por forças divinas, sendo Deus capaz de agir sobre a vontade dos humanos segundo seus desígnios, tendo na figura transcendente do rei, um representante direto de Deus na terra, mantendo o equilibrio entre o humano e o sagrado, devendo estar direcionado a sua pessoa toda e qualquer atenção e desejo de fortuna. O seu triunfo através dos tempos estaria diretamente ligado à salvação

pública, pois ao ser visto como única fonte capaz de solucionar os problemas que por ventura venham abalar ou afligir a sociedade francesa, passa a ser simbolizado como lugar-tenente de Deus na terra, representando paz e prosperidade.

Um rei pode praticar este amor a Deus e ao seu próximo em todos os momentos da sua vida; e longe de o desviar das suas ocupações, levá-lo-á a cumpri-las com firmeza, com docura, com uma consolação interior e uma tranquilidade de consciência que supõe todos os gozos da terra. Assim, num rei, amar a Deus não é fazer algo de extraordinário, mas antes o que o seu dever lhe exige por amor de quem o faz reinar. Um rei que ama a Deus quer fazê-lo reinar no seu reino como verdadeiro soberano, do qual os reis não são mais do que os lugartenentes: e submetendo-lhe a sua vontade submete-lhe ao mesmo tempo as vontades de todos os seus súbditos, desde que dependam da dele. Protege em tudo a religião; e protegendo-a reconhece que é a religião que protege a ele, dado que é o mais poderoso motivo de submissão dos povos ao principe (BOSSUET, Instrução a Luis XIV. IN: A arte de governar: 118).

Em seus dois tratados, a *Politique* e os *Discours*, promove elogios enaltecedores à imagem de um rei que deseja-se protetor, seguro de suas convicções e virtudes, notadamente cristãs, que serviriam de exemplo aos súditos a devoção que devem ter para com seu rei. Mas ao longo de sua vida, Bossuet refletindo muito sobre o caráter sagrado da realeza, promove algumas complementações aos textos produzidos ao longo de sua vida, sempre referenciando-se aos textos bíblicos entre as fontes utilizadas.

Além de identificar os autores descritos anteriormente, objetiva-se perceber outras interpretações, de pensadores políticos categoricamente pertencentes ao antigo gênero literário

denominado espelhos de princes, que marca não só o período medieval, época de seu surgimento nos meios eclesiásticos, bem como a modernidade, conjuntamente agregando esforços na identificação da propaganda monárquica vigente em várias regiões da Europa, notadamente na França.

Richelieu em seu *Testament politique*, faz reflexões sobre o reinado de Luís XIII, antecipando-se a Bossuet em aproximadamente meio século nas indagações a respeito da submissão dos súditos ao rei, como fonte de onde emana a paz e estabilidade do reino. Demonstra sua preocupação em perseverar os ensinamentos e experiências vividas por ele, durante os anos em que esteve na função de primeiro ministro da França, deixando claro a importância de lembrar aos tempos vindouros as dificuldades em manter e organizar o Estado francês:

Deus, tendo abençoado minhas intenções a tal ponto que a virtude e a felicidade de V. M. espantaram o presente século e serão admiradas pelos futuros, achei que os gloriosos sucessos me obrigam a fazer déles à História, tanto para impedir que muitas circunstâncias, dignas da imortalidade, caíssem no olvido, pela ignorância daqueles que não as podem saber como eu, quanto para que o passado servisse de lição ao futuro. Pouco tempo depois de ter tido esse pensamento, pusme a trabalhar, acreditando não dever começar demasiado cedo o que só com minha vida terminaria (RICHELIEU, 1959: 13).

Procura traçar um perfil consideravelmente objetivo e determinado em seus textos pedagógicos, sendo importante ressaltar, que em seu *Testament*, escrito provavelmente entre 1635 e 1640, demonstra uma certa adesão do autor ao maquiavelismo, mesmo fazendo parte da devota ortodoxia católica, que demonstrara em vários momentos ao inferir combates em favor dos interesses da religião católica defendida. Suas experiências, são de um

contexto propicio ao encadeamento de fatos ocorridos em vários momentos em que pôde participar ativamente de disputas e guerras, que lhe permitiram experimentar e selecionar um referencial estratégico "administrativo" considerável durante os vinte e cinco anos em que esteve como primeiro-ministro. Foram tantos os momentos de inusitada participação, que o mesmo sente-se em condições de indicar alguns modelos éticos e morais fundamentais ao longo de seu discurso, para que possam vir a servir de exemplo na promoção do poder e glória dos reis futuros que por ventura vierem buscar exemplos no passado almejando tracejarem racionalmente o caminho de um príncipe moderno, astuto e coerente com seu tempo:

Sendo coisa bastante ordinária a muitos homens serem desprovidos de ação, a menos que estejam animados por alguma paixão, o que os faz considerar como o incenso que nunca sentem agradável senão quando está no fogo, eu não posso deixar de dizer a Vossa Majestade que essa tendência, perigosa a toda a espécie de pessoas, o é particularmente aos reis, que devem mais que todos os outros agir com razão. E, com efeito, se a paixão conduz uma vez ao bem, não é senão por acaso, já que por sua natureza ela transtorna tanto como cega aqueles nos quais ela está, e que ainda que um homem privado de visão encontre algumas vezes um bom caminho é um prodígio se ele não se extraviar, e se ele não cai completamente não saberia se isentar de tropeçar várias vezes sem uma sorte extraordinária. Tantos males chegam aos principes e a seus Estados quando eles têm seguido seus sentimentos antes da razão, e quando em lugar de se conduzir pela consideração aos interesses públicos suas paixões foram seus guias... (RICHELIEU, cit. por LOPES, 1997: 132).

Parecendo assimilar alguns conceitos práticos e bem decisivos, Jules Mazarin, em suas convicções, também procura guiar-se e conduzir as coisas do Estado separadamente aos interesses notadamente pertencentes aos sentimentos humanos. mesmo porque, assume o cargo de primeiro-ministro logo após Richelieu, procurando realizar e melhorar alguns projetos iniciados ainda no temo de seu predecessor. Apesar de seus textos não integrarem o corpus dos textos designadamente próprios do espírito espelhos de princes, não deixam de servir para o entendimento e compreensão de como funcionavam os mecanismos diretamente ligados à administração e o imaginário próprio dos envolvidos à ela. O sentimento de prazer em conduzir os negócios do Estado com firmeza e sem cautela, pode ser presenciado com notoriedade, quando os interesses dinásticos passam a encontrar uma conveniência maior em relação aos negócios do Estado. Um exemplo importante, foi o proveitoso casamento arranjado por Mazarin, envolvendo o jovem rei Luis XIV com Maria Teresa, filha do rei Felipe IV da Espanha, por saber de sua utilidade em conseguir vantagens territoriais para a monarquia francesa num futuro próximo. Para tanto, envia uma carta a Luis XIV, dizendo sobre a importância de seu casamento com Maria Tereza. Insiste em elevar os desejosos interesses e a posição que um rei deve ter em mente ao tomar suas decisões, procurando influenciá-lo nas virtudes que os separam até mesmo dos mais nobres do reino: "Deus fez os reis para garantir a propriedade, a segurança e a paz de seus súditos, e não para sacrificar nenhuma delas em favor de suas paixões individuais" (JULES MAZARIN, cit. por HORN, 1987: 24). Procurava ressaltar apenas o caráter administrativo e a preocupação com a edificação de um Estado forte e glorioso perante as outras nações européias, fim único que deve ter um principe que pensa ser a própria encarnação do Estado.

Luís XIV, no desenvolver de suas ações governamentais, demonstrou realmente importar-se cada vez mais com as coisas que dizem respeito ao Estado, tendo como exemplo disso a própria fala de Jules Mazarin, quando alusivamente refere-se ao jovem rei em tom elogioso, dizendo que o mesmo parecia estar cada vez mais envolvido em seu *metièr royal*.

Segundo Pierre Chaunu, Richelieu age astutamente em busca da instauração de um estado moderno, forte e centralizado, "entra no conselho em 1624, mas é em 1630 que se torna verdadeiramente o senhor livre de impor externa e internamente a sua concepção de Estado", pois, o "aniquilamento do partido devoto depois do protestante permite a Richelieu externamente fazer com toda a liberdade a política anti-habsburguiana dos 'bons Franceses' e dos protestantes" (CHAUNU, 1987: 121). Segundo Norbert Elias, durante a época em que Richelieu esteve no comando, juntamente com o Rei Luís XIII, muitos foram os problemas enfrentados principalmente no que tange ao centralismo do poder régio. As cortes ainda não encontravam-se devidamente estruturadas tendo a nobreza posta em condições de submissão aos interesses da realeza. As revoltas e traições enriquecem a memória de Richelieu no momento em que envolve-se na escrita de suas Memórias. Ressalta o sentimento que tem para com aqueles que ainda ameaçam o poder do rei: "pensarem que por serem filhos ou irmãos do rei ou príncipes de sangue podem impunemente perturbar o reino, é estarem enganados. É muito mais sensato garantir o Reino e a Realeza que ter em atenção as qualidades que lhes conferem impunidade" (RICHELIEU, cit. por ELIAS: 164).

Se a partir de meados do reinado de Luís XIV se pôde exaltar a existência de uma "Europa francesa", certamente, a monarquia na França passa a vivenciar um poder mais acentuado a partir do século XVII, ainda no período em que escreve Bossuet, adquirindo uma concentração de rituais mais bem elaborados, revigorados por elementos religiosos e políticos, ambos participando ativamente no ritual de glorificação do rei, conseqüentemente, como se tem a idéia de um corpo único entre rei e Estado, vemos um fascinante simbolísmo ideologicamente fomentado e continuamente adaptado às novas realidades. Do mesmo modo, passou-se a reconhecer alguns preceitos que anteriormente não eram evidenciados e que agora fazem parte de todo esse cenário. Bossuet é o exemplo paradigmático de insistência em elevar a França entre os reinos escolhidos por Deus para conduzir e sobrepor-se às

demais nações européias. Apesar de pregar esta originalidade dos preceitos cristãos e os princípios sagrados da sucessão de reis, caracteriza o fator hereditário e sangüíneo como base de sustentação para a condição de normalidade e equilíbrio social, deixando claro a esperança de ver a vitória gloriosa da religião católica sobre todos os povos do mundo. Escreveu afirmando sobre o destino messiânico que a França é herdeira. Não admitia em hipótese alguma ver apenas no povo judeu este privilégio de descendência, propunha então, que os governantes franceses também descendiam de uma linhagem dinástica sagrada nomeada por Deus para o governo e direção das nações. Portanto,

Bossuet não admite que o povo judeu seja uma exceção, ou antes pensa que o reino da França partilha desta exceção. Por conseqüência, ao poder natural de direito divino dos Bourbons, como é entendido por toda a Escola, Bossuet substitui audaciosamente uma instituição de direito divino positivo. "pela primeira vez na Europa o direito divino é transformado num principio teocrático semelhante ao que rege os judeus" - afirma Ballanche (PRÉLOT, cit. por LOPES, 1997: 152).

Tal procedimento leva a crer, que o "pensamento político de Bossuet está carregado pelo espírito de religiosidade católica do século XVII. Nesse sentido, seu príncipe não é apenas o fundamento da autoridade do reino, mas a força que fará vitoriosa a religião do Salvador..." (Lopes, 1997: 153).

Com efeito, o século XVII afasta definitivamente alguns simbolismos medievais da sucessão monárquica. Muitos historiadores contemporâneos verificam a figura de Luís XIII, como sendo o constituinte de uma fundamental transformação, ao promover o afastamento definitivo da assembléia dos Grandes do reino, de um ritual importante como o da aclamação de um novo rei. Essa mudança processa-se por volta de 1180, com a ascensão do rei Felipe Augusto, entendendo-se este como o último principe

a ser associado ao trono com seu pai ainda em vida, sendo que "desde então convencido sobre o futuro, ou consciente de sua legitimidade e dos serviços prestados - Bouvines - este príncipe é o primeiro de sua dinastia a não fazer sagrar seu filho em vida" (MONTAIGU, cit. por LOPES, 1997: 113). Esta ascendência de Bovines, torna-se um marco propulsor de várias alterações no cotidiano e na consciência dos povos. Os povos começam a entender os rituais, assimilando-os e aceitando-os no meio social de maneira lenta, com avanços e retrações, mas caminhando em direção ao centralismo régio. Mas, a sociedade absolutista possui algumas diferenças que a distinguem da sociedade medieval, pelo fato de que o rei, passa a predominar sobre todas as ordens concorrentes à realeza. Havia repartições de poder na idade Média, que agora são suprimidas pelo poder absoluto do rei sobre toda a nobreza, o alto clero e os altos funcionários.

Para o entendimento de como estavam imersos no mundo os que escreviam essa literatura política denominada espelhos de princes, é importante ressaltar que os intelectuais meramente eram convidados a viverem na corte, juntamente com outros de linhagem nobre. Portanto, sua qualificação e ascendência era sempre muito bem vigiada e avaliada pelos integrantes das cortes, pois "são tratados mais como convidados que como residentes e este facto é significativo da estrutura desta society" (ELIAS, 1987:38).

Estas alterações, conjuntamente aos vários problemas enfrentados ao longo dos séculos, como misérias, guerras intermináveis e uma propaganda monárquica que introduz e modifica seus rituais, fazem uma espécie de readaptação à realidade vivida, fortalecendo os simbolísmos que mais lhe convém e refutando outros, tudo isso convergindo em direção à brilhante e centralizada realeza do Grande Rei-Sol, Luís XIV.

Há que se pensar, na realidade vivida e no teoricamente proposto nos tratados políticos dos autores do Período Moderno. Sendo interessante ressaltar, os meios pelas quais se produzem e estimulam estas normas e condutas, sem cair na símples impressão de uma perfeita ordem dos fatos. O mundo das idéias torna-se

mais prodigioso, comparando-a as mentalidades, porque refletindo e escrevendo suas idéias, vê-se que não passam de um pequeno setor no contexto em que se apresenta, pois considerando as idéias diante de um arsenal de instrumentos mentais, talvez possa se dizer, que sejam mais bem elaborados e estruturados, mas não garantem sua praticidade e utilidade diante das situações do contexto.

Luís XIV demonstra espelhar-se muito em Richilieu, vendo nele um "modelo de príncipe perfeito", procurando assumir alguns aspectos relevantes de sua postura, encontradas e desenvolvidas em seus escritos. Desse modo, o Rei-Sol procura relancear os vários exemplos da literatura política de sua época, inclusive nas que o precedem, demonstrando não ser um séquito fiel apenas dos ensinamentos de Bossuet, levando-o a refletir sobre discussão anterior, referente as idéias e as mentalidades. Tem ainda, uma forte influência de suas ásperas experiências com as Frondas ocorridas na sua infância, que lhe valeram em muito nas decisões a serem tomadas na sua condição de monarca. Mesmo porque, a seu lado, esteve presente a figura de Mazarin, um habilidoso político, que lhe instruía em seu próprio gabinete, onde Luís XIV aprendia como governar por meio de leituras e lições práticas.

A precária infância de Luís XIV, descrita pelo duque de Saint-Simon - outra figura que descreve muito bem as peculiaridades da corte - diz estar relacionada ao desleixe de Mazarino, tencionando num futuro próximo, lidar com um rei manipulável. Díz ainda, que "Mal lhe ensinaram a ler e escrever, e manteve-se tão ignorante que as coisas mais conhecidas de história, de fortunas, de comportamentos, de leis lhe eram inteiramente alheias" (SAINT-SIMON, cit. Por LOPES, 1994: 62). Esta seria, uma das várias citações em que o duque dirige-se pejorativamente para com a figura de Luís XIV, mas contudo, não deixa de ser uma fonte interessante para a compreensão de usos e costumes da época.

O próprio Luis XIV, escreve suas *Memórias* a partir de 1661, quando o Delfim estava ainda na idade dos sete anos, na

tentativa de ensinar-lhe, através de suas experiências enquanto monarca, como conduzir a nação para edificar sua glória pessoal, sem piedade, com pulso forte para tomar decisões sem o apreço de estar errado. Acreditava profundamente estar contribuindo com informações sintetizadas sobre como administrar um Estado forte, mas que apresenta-se carregado de pessimismo por aqueles que somente almejam beneficiar-se de suas funções para enriquecerem. Portanto, Luís XIV reflete dizendo que

Algumas vezes me veio ao pensamento a vaidade de que se as ocupações, os prazeres e negócios do mundo, como sucede com certa freqüência, vos permitirem algum dia o trato com os livros e a história - único trato no qual os jovens principes encontram mil verdades sem qualquer mistura de adulação - a, leitura destas Memórias poderá suprir de certa maneira todas as restantes leituras, conservando o vosso gosto e distinção, em virtude da amizade e respeito que me dedicais (Luís XIV, 1976: 10).

De fato, em suas *Memórias*, transparece uma certa simpatia por preceitos do maquiavelismo político, sem desconsiderar o princípio sangüíneo, não esconde sua predileção por principes que assumem uma postura virtuosa. Suas *Memórias*, possuem uma tonalidade um tanto quanto aparentadas às teorias de Maquiavel, sem considerá-las como uma teoria política propriamente dita, como as encontradas na obra *O Principe*, mas, contribui para a formação dessa literatura *espelhos de princes*. Sem deixar de consideralas como uma fonte importante para o entendimento do século XVII, Marcos Lopes faz reflexões sobre as mesmas, dizendo ser um "catecismo para adolescentes", por procurar ensinar ao sucessor da coroa, algumas noções de como conduzir e administrar as negociações, os conflitos da corte, em quem confiar e vários outras lições de ética e moral que, segundo Luís XIV, deveriam se fazer presentes num "príncipe perfeito".

Na discussão do gênero literário espelhos de princes, encontra-se muitas informações a respeito das divisões hierárquicas e a elevação da imagem do rei à condição distanciada dos simples mortais. No que tange aos escritos de La Bruyère, a fala torna-se menos acalentada que nos outros pensadores, chegando a ser pejorativamente subjetiva. Em alguns momentos zomba da bajulação e reverências feita pelos nobres da corte, sendo que, sua linguagem pode partir de casos mais genéricos, caindo inclusive para particularidades especificas de nomes da nobreza palaciana. fazendo gracejos instigantes sobre os mesmos. Mas segundo Marcos Lopes, "Se La Bruyère se refere com menor frequência à natureza divina do soberano, quando aproximado de Luís XIV ou Bossuet, não significa que desconsidere o caráter sagrado da realeza. É porque, ao contrário de Bossuet, ele tem os olhos muito mais voltados para a terra" (Lopes, 1997: 148). Apesar de La Bruvère ter sido pupilo de Bossuet, suas reflexões teóricas referemse ao soberano como um pastor que conduz seu rebanho ao redil do Evangelho, mas embora em alguns momentos, busca questionar sobre a condição que se apresenta mais agradável, a do governante ou a do governado. E sem deixar de perceber os problemas que permeiam toda esta busca pela glória do rei, procura fazer indagações que venham a por em dúvida alguns preceitos. Deste modo. La Bruvère questiona:

Se já é demais o encargo de uma única família, se é bastante ter que responder por si próprio, que pêso, que responsabilidade responder por todo um reino! Um soberano é pago por seus trabalhos, pelo prazer que parece dar o poder absoluto e as prosternações dos cortesãos? Penso nos penosos, incertos e perigosos caminhos que, às vezes, é éle obrigado a seguir para conseguir a tranqüilidade pública; recordo os meios extremos, mas necessários, aos quais recorre para um bom fim; sei que êle deve responder perante Deus pela felicidade de seus súditos, que o bem e o mal estão em suas mãos e que nenhuma ignorância o escusa; e

pergunto a mim mesmo: "Desejaria eu ser rei?" Um homem um pouco feliz na sua vida particular deveria trocá-la por uma Monarquia? Não será excessivo, para aquéle que ocupa um lugar por direito hereditário, suportar haver nascido rei? (LA BRUYÈRE, 1965: 129).

É de salientar, que La Bruyère retrata com elegância as particularidades e comportamentos dos cortesãos, buscando na intimidade dos ideais de corte, satirizar a maneira como eram organizados os rituais que compunham a vida do soberano e os súditos. De fato, percebe-se que o rei gostava de estar sempre cercado das pessoas nobres do reino, procurando prendê-las em seu próprio mundo e, ao mesmo tempo, acabando privando-se de sua liberdade e espontaneidade, como bem nota La Bruyère, analisando Luís XIV: "a um rei só faltam as docuras da vida privada" (RIBEIRO, 1983: 88). Não almeja desfazer ou descaracterizar a vil função de rei, mas apenas o incrementa com algumas ressalvas necessárias para o bom andamento da ordem do Estado Monárquico. Revela a importância de se ter uma ligação fraterna entre o rei e o povo, ativando as boas ações. Ainda mais, evidência a importância das estruturas do governo estarem legitimadas para garantir que a paz não deixe de prosperar nos limites do Estado francês, porque:

De que serve ao bem dos povos e à suavidade de seus dias que o príncipe coloque os limites de seu reino além das terras de seus inimigos; que faça de suas áreas de influência províncias de seu reino; que seja igualmente superior nos sítios e nas batalhas, que não se esteja diante dele em segurança nem nas planicies nem nos mais fortes bastiões... De que me serviria, em uma palavra, como a todo o povo também, que o príncipe fosse feliz e coberto de glória por ele mesmo e pelos seus, que minha pátria fosse forte e formidável, se, protegido das incursões do inimigo, me encontrasse exposto, nas praças ou nas ruas de uma cidade, às

armas de um assassino, e que temesse menos, no horror da noite, ser roubado ou massacrado nas espessas florestas que em suas esquinas (LA BRUYÈRE, cit. por LOPES, 1997:150).

O modelo de virtude, e principalmente a prudência, estariam na dianteira de um promissor governo regido pelas leis adequadas às necessidades de seu tempo, não deixando as impressões e decisões precipitadas acima dos interesses do Estado, sendo que, a condição de "viver com os inimigos como se um dia êles viessem a ser nossos amigos, e viver com os amigos como se êles pudessem tornar-se nossos inimigos, não está de acordo com a natureza do ódio, nem com as regras da amizade: não é um preceito moral, mas político" (LA BRUYÈRE, 1965: 59).

O modelo pelo qual se inscrevem as categorias de análise, fazem de Maquiavel um dos imponentes teóricos a influenciar o pensamento político da Época Moderna, devido ao seu estilo arrojado, introduz uma nova mentalidade, considerada mais critica com relação aos acontecimentos da História. Questiona vários mitos antigos, passando ao estudo das fontes de época, promovendo uma reviravolta conceitual. Permite a abertura e critica das fontes, fazendo os historiadores deixarem de ser meros ensaístas sem uma rigorosa base documental, para passar a ser um profissional habituado a lidar com fontes primárias. Deste modo, inaugura um tipo que pode, muito bem, ser chamada de História nova, principalmente na Itália e na França da metade do século 16, onde atingiram o ápice das suas reflexões.

Em síntese, o que se propôs foi dialogar com alguns pensadores políticos da época do auge do Estado Absolutista francês, que fizeram parte de todo o complexo mundo de informações e simbolísmos, que vieram a fornecer uma nova visão, umas tão presas ao passado, outras imaginando renovar e tornar o presente mais favorável ao governo das monarquias. Desse modo, é cabível o delinear de alguns possíveis camínhos por que passaram pensadores e memorialistas da corte, que mantiveram seus

momentos de forte influência, e outros que vindo de tempos mais distantes, exemplo de Maquiavel, puderam dar sua contribuição aos que optaram dialogar com suas propostas teóricas. Mas, estes pensadores - La Bruyère, Luís XIV, Bossuet, Richelieu, e outros - demonstram claramente o espirito de seu tempo, cada qual a sua maneira, buscando interpretar e contextualizar os ideais sociais e políticos, que legitimam os seus discursos, ambos formando um conjunto de informações que tendem a confluir num confronto direto e indireto, tematicamente apresentado-se num trajeto bastante amplo, visando buscar uma formação mais aperfeiçoada, tanto de um soberano, como de um Estado cada vez mais sobressaliente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BURKE, Peter. A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- CERQUEIRA, Adriano S. Lopes & LOPES, Marcos Antônio. *A Europa na Idade Moderna do Renascimento ao Século das Luzes.* Belo Horizonte, MG: Editora Lê, 1995.
- CHAUNU, Pierre. *A Civilização da Europa Clássica*. Lisboa: Editora Estampa, 1993.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- HORN, Pierre L. Luis XIV. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987.
- LA BRUYÈRE, Jean de. *Os caructeres*. São Paulo: Editora Cultrix, 1965.
- LOPES, Marcos A. *O Absolutismo*: *Política e sociedade na Europa Moderna*. São Paulo: Editora brasiliense, 1996.

- . O Político na Modernidade: Moral e virtude nos espelhos de príncipes da Idade Clássica (1640 1700). São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- . A Política dos Modernos: História das idéias e imaginário político na Idade Clássica e no Século das Luzes. Cascavel Paraná: Edunioeste, 1997.
- \_\_\_\_\_\_. A Imagem da Realeza: Simbolismo monárquico no Antigo Regime. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- LUÍS XIV. A arte de governar. Portugal: iniciativas editoriais Lisboa, 1976.
- MAQUIAVEL. *A arte da guerra e outros ensaios.* Brasilia, EUB, 1982.
- RICHELIEU. *Testamento Político*. São Paulo: Atena Editora, 1959.
- RIBEIRO, Renato Janine. A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.